



SEÇÃO - ARTIGO

Desafios à implementação do ensino remoto no ensino superior brasileiro em um contexto de pandemia

Challenges to implement remote education in brazilian higher education in a pandemic context

Julice Salvagni¹

orcid.org/0000-0002-6334-0649
julicesalvagni@gmail.com

Nicole de Souza

Wojcichoski²

orcid.org/0000-0002-6330-5018
nicolesouzaw@gmail.com

Marina Guerin²

orcid.org/0000-0002-7047-5293
ina.guerinx@gmail.com

Recebido em: 18/8/2020.

Aprovado em: 19/8/2020.

Publicado em: 07/01/2021.

Resumo: Dadas as medidas de isolamento demandadas pela pandemia de COVID-19, o ensino superior precisou aderir, mesmo que momentaneamente, ao ensino remoto generalizado, dada a inviabilidade de todos os tipos de aulas presenciais. Assim, este estudo enfatiza o modo como os formatos remotos ganharam expressividade nas instituições particulares de ensino superior, relacionando-os com a crescente mercantilização da educação, e, ainda, com os prejuízos acarretados à aprendizagem em um ambiente de ensino não presencial. No cenário posto pela pandemia, o fato de as instituições privadas dependerem das mensalidades para manterem-se ativas foi determinante para a retomada imediata das aulas no formato remoto. Contudo, os alunos que passaram a ter aulas a distância vivenciam a ausência dos debates e das trocas de conhecimento e experienciam o esvaziamento de sentido daquele espaço de aprendizagem, que no formato virtual se tornou um mero local para a absorção de conteúdos.

Palavras-chave: Ensino superior. Pandemia de COVID-19. Ensino remoto. Universidade pública. Universidade privada.

Abstract: The isolation measures demanded by the COVID-19 pandemic made higher education had to adhere, even if only momentarily, to generalized remote education, given the infeasibility of presential classes. Thus, this study emphasizes the way in which remote formats have gained expressiveness in private institutions of higher education, which is related to the increasing commercialization of education, and also the losses caused to the learning process in a non-classroom teaching environment. In the scenario posed by the pandemic, the fact that private institutions depend on tuition to remain active was decisive for the immediate resumption of classes in the remote format. However, students who started taking distance classes experience the absence of debates and knowledge exchange and the emptying of meaning in that learning space, which in the virtual format has become a mere place for the absorption of content.

Keywords: Higher education. COVID-19 pandemic. Remote teaching. Public university. Private university.

Introdução

A pandemia causada pela COVID-19 – doença altamente contagiosa e com baixa taxa de mortalidade (LIMA *et al.*, 2020) – está acarretando mudanças no cotidiano, e seu impacto global ainda é desconhecido (SINGAHL, 2020). O tratamento da doença tem sido unicamente de assistência aos sintomas, já que não há remédios específicos para tratar a doença ou vacina para preveni-la (SINGAHL, 2020). Entretanto, “sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS, Brasil.

populações vulneráveis geram incertezas quanto à escolha das melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia" (BARRETO *et al.*, 2020, p. 2). Singahl (2020) aponta o isolamento social como forma de prevenção à doença uma vez que todas as idades estão suscetíveis à infecção, enquanto Barreto *et al.* (2020, p. 4) enfatizam que "as medidas drásticas de isolamento social horizontal em vigência no país são essenciais para a limitação dos efeitos da epidemia nesse momento".

Essas medidas de isolamento têm provocado mudanças significativas na maneira com que a sociedade se organiza, mesmo que de forma temporária. Há um grande desafio posto neste momento, em especial no que diz respeito à educação, já que todos os níveis sofrem o impacto do isolamento social. Uma alternativa para isto tem sido pensar em estratégias vinculadas às tecnologias da informação, mas o acesso à internet no país ainda é restrito. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018 mostrou que 74,9% dos domicílios do país possui acesso à internet, e, desses, 99,2% utilizava o telefone celular como meio de conexão. Apenas 48,1% dos domicílios com acesso à internet, no país, utilizavam o microcomputador para esse fim (PNAD, 2018, p. 39). Tal dado significa que a falta de acesso ao ensino remoto, dentro do atual contexto, passa a figurar como mais um aspecto de segregação de classe, que consolida experiências tão desiguais no âmbito da educação, seguindo a mesma lógica excludente de toda a sociedade brasileira. Desta forma, não raro, "as dificuldades econômicas associam-se outras, relacionadas ao quadro complexo da condição estudante" (ZAGO, 2006, p. 10), criando reais entraves à disseminação da educação superior.

Sousa, Borges e Colpas (2020) apontam para a possibilidade de se pensar outras tecnologias inclusivas para que os alunos de educação básica tenham acesso à escola. Entretanto, afirmam saber que há modelos de educação básica focados apenas no mercado financeiro, com ações na bolsa de valores, e que para as pessoas que frequentam essas instituições privadas de educação

o acesso às tecnologias é mais fácil devido aos recursos financeiros, minimizando os impactos da pandemia. Os autores evidenciam que apenas o espaço da educação no seu modelo presencial pode atender a necessidades específicas, como "o atendimento especial para os deficientes, a garantia da merenda tão importante a inúmeras crianças, a proximidade, a interação direta, o toque e as práticas corporais com os colegas nas aulas" (2020, p. 152). Todavia, não são apenas as escolas de educação básica que se viram obrigadas a repensar as estratégias de acesso às aulas. As universidades públicas, privadas e demais instituições de ensino superior também precisaram se adequar à nova realidade, em que a aglomeração de pessoas em um ambiente não é possível, o que acabou por inviabilizar todos os tipos de aulas presenciais. Diante disso, a maior parte das instituições privadas adotou o regime de aulas a distância (UNIVERSIDADES..., 2020), reacendendo uma discussão acerca dos prós e contras dessa modalidade de ensino que vem crescendo de forma significativa no Brasil. Este estudo, portanto, visa contribuir com esses debates, dando ênfase a três aspectos: o modo como os formatos remotos ganharam expressividade nas instituições particulares de ensino superior durante pandemia de COVID-19, a relação disso com a crescente mercantilização da educação e alguns dos prejuízos acarretados à aprendizagem em um ambiente de ensino não presencial.

A descrença sobre a relevância do ensino oferecido nas universidades públicas e os constantes ataques que estas vêm sofrendo, como contingenciamento de gastos e desvalorização da ciência (OS ATAQUES..., 2019), são parte de um processo intencional de enxugamento do Estado e de, portanto, desestatização. Tal perspectiva faz parte de uma ideologia que sustenta a inviabilidade do acesso gratuito e universal ao ensino superior e defende a mercantilização da educação, tornando-a um produto que pode ser vendido e comprado (PEREIRA, 2009). Como objeto passível de venda, a educação sofre alterações, como a implementação das tecnologias incorporadas ao ensino pela globalização, onde

as universidades aparecem como ferramentas para motorizar as mudanças sociais que ocorrem em razão do mercado (SOBRINHO, 2005).

As instituições de ensino superior que oferecem majoritariamente cursos a distância são voltadas para o mercado e têm como objetivo a obtenção de lucro, atraindo alunos através, entre outras coisas, de investimentos em *marketing* com promessas referentes à carreira e à rápida entrada do mercado de trabalho (CARVALHO, 2013). Com o isolamento social decorrente da pandemia, o governo precisou buscar soluções para possibilitar que as instituições de ensino – especialmente as privadas – sigam ofertando as aulas, “tendo em vista a quebra de contrato na relação de consumo, caso deixem de ofertar, aos alunos, o ensino” (BARBOSA *et al.*, 2020, p. 257). Com isso, as instituições de ensino presencial foram autorizadas a operar na modalidade presencial remota, dando continuidade aos planos de ensino. A maioria das universidades públicas, por sua vez, optou por suspender temporariamente as aulas da graduação (MAIORIA..., 2020). Desta forma, a retomada das atividades de grande parte das universidades públicas só aconteceu na segunda metade de 2020, depois de esgotadas discussões coletivas acerca do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Com as aulas on-line e a consequente dependência da rede de internet, os debates em sala de aula são comprometidos, o que torna a aula, por vezes, apenas uma explanação do professor, centrada na figura do professor. A ausência do debate na universidade é preocupante no sentido de poder vir a transformar o conhecimento em algo deslocado da sociedade e considerado dispensável pelo aluno. Sobre isso, Sobrinho (2005, p. 165) aponta que

[...] se a universidade não toma distância crítica para melhor ver a sociedade, ela se perde, e, então, perde a sociedade sua mais legítima instância de reflexão e de síntese. Se a universidade adere acriticamente aos “objetivos” da sociedade, hoje mais identificados com a orientação tecnocrática e gestonária, ela abdica de sua função de formação, de educação e de autonomização dos sujeitos, em favor da organização da produção e de um pretendido controle das relações entre indivíduos.

Como resultado, alunos em todo país reclamam das condições de aprendizagem, pedem redução nas mensalidades ou abandonam os cursos (PALHARES, 2020), reafirmando o fato de que a educação superior não é prioridade em um cenário de crise econômica. A insatisfação dos alunos com a modalidade de educação a distância pode, também, ser resultado da falta de instruções que as universidades passaram aos professores para o uso de ferramentas on-line (BARBOSA *et al.*, 2020).

As modalidades de educação on-line e o acesso dos estudantes universitários

Quando Barbosa, Viegas e Batista (2020) discutem sobre qual a modalidade de ensino que se está operacionalizando atualmente, apontam que o que está vigente é o ensino híbrido. Na concepção dos autores, há uma lógica diferente do ensino a distância e o ensino híbrido uma vez que o ensino híbrido, onde está contextualizado o ensino remoto, tem o “entendimento como um propósito de mudança significativa para caminhos pedagógicos, bem como de uma organização didática para ensino aprendido, reunindo o melhor dos dois mundos, ou seja, o presencial e à distância” (2020, p. 263). Nesse contexto, é entendido o Ensino a Distância (EaD) enquanto “modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente” (2020, p. 263), e que, por esse motivo, precisam dos meios tecnológicos para poderem se comunicar. Já o ensino remoto utiliza as ferramentas de plataformas on-line para que ocorra o encontro síncrono, em tempo simultâneo, entre alunos e professores, mas há também a gravação e disponibilização da aula para aqueles que não puderam acessar a plataforma, impulsionando o potencial da ferramenta. Uma vez que nesse modelo de ensino híbrido, “a tecnologia viabiliza novos e distintos métodos de avaliação, como recursos diversos, sistemas de cooperação ou de registro individual de resultados, formas variadas de entrega e apresentação do conteúdo programático” (2020, p. 264). Possibilitando, assim, que haja um intercâmbio de informação entre alunos e professores, bem como novas práticas para avaliações.

Para que o ensino a distância, na modalidade EaD ou ERE, seja bem sucedido, "é necessário que as instituições de ensino e seus alunos tenham preparo, condições pedagógicas, humanas e tecnológicas" (CAMACHO *et al.*, 2020, p. 10). Camacho *et al.* (2020) enfatizam a importância de condições adequadas de ensino e do preparo docente para tal, se atentando às necessidades de alunos em condições de vulnerabilidade social, uma vez que "colocar disponível disciplinas em EaD de forma irrestrita sem essas considerações coloca em risco a proposta de ensino de forma responsável em um cenário atual da pandemia" (CAMACHO *et al.*, 2020, p. 10).

Martins, Quintana e Quintana, ao falarem do uso de ferramentas de webconferências para o ensino remoto, postulam que "as estratégias didáticas dos cursos e a atuação dos professores são os principais atores na evolução desse tipo de ensino virtual" (2020, p. 183). Para eles, "as metodologias a serem estabelecidas para o desenvolvimento dessa nova abordagem devem ter o consentimento de ambos, no sentido de validar essa forma de aquisição de conhecimento" (2020, p. 183). Os autores apontam que a modalidade de ensino remoto onde há videoconferências valoriza o conteúdo, abrindo possibilidades para o diálogo e fazendo com que os estudantes sejam ativos no processo de aprendizagem. Em suma, a diferença entre o EaD e o ensino remoto é que o segundo abre a possibilidade de debates e diálogos, favorecendo a academia enquanto espaço para construção de um pensamento crítico. Entretanto, o ensino remoto possui as desvantagens relativas à falta de estrutura e de preparo dos docentes para tal modelo de ensino, dado que "a EaD envolve planejamento anterior, consideração sobre perfil de aluno e docente, desenvolvimento a médio e longo prazo de estratégias de ensino e aprendizagem" (ARRUDA, 2020, p. 265). É destacado por Castaman e Rodrigues a importância da alfabetização digital dos professores, para que haja o domínio de técnicas, tecnologias, metodologias e "estratégias de ensino que promovam uma autonomia, um empoderamento e uma autoterminação do estudante em relação aos estudos

na EaD" (2020, p. 9). Para os autores, é necessário que o professor saiba seu papel como educador enquanto agente de produção do conhecimento, mas apontam que o estudante em ambiente virtual deve ser "compreendido e estimulado a ser também responsável por sua formação intelectual" (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020, p. 9).

Embora o ensino remoto favoreça um ambiente mais próximo do modelo de sala de aula, uma pesquisa realizada por Barbosa *et al.* (2020) com professores de nível superior público e privado apontou que 8,1% deles afirmaram não ter recursos necessários para ministrar aulas remotas. Quando questionados sobre os acessos às aulas, 21% disseram que os alunos não possuem computador ou outro equipamento para acompanhar as aulas on-line, 33,9% responderam que a conexão de internet que o aluno tem disponível não atende às demandas de acesso, 11,3% respondem que seus alunos não possuem recursos para áudio, e apenas 19,4% não reclamam de dificuldades para a participação nas aulas. Dos participantes da pesquisa, 67,7% afirmam que não ocorreram ações inclusivas direcionadas aos alunos com dificuldades de acesso (BARBOSA *et al.*, 2020).

A pandemia reacendeu o debate sobre o uso das tecnologias de informação como possibilidade de estratégia educacional em um período de isolamento social físico. Assim com algumas universidades, as escolas de ensino básico também debatem a adoção dessas ferramentas. Para Sousa, Borges e Colpas as pessoas contrárias ao uso dessa tecnologia afirmam que "além da falta de preparo de professores e a eventual exploração de seu trabalho pelo aumento de carga horária, que uma parcela dos alunos, devido à pobreza, não possui acesso às tecnologias, principalmente àquelas que exigem acesso à internet" (2020, p. 152). Isso implica que os alunos que não tivessem acesso à internet "estariam excluídos da possibilidade de acompanhar as atividades a distância e, inclusive, de serem avaliados sobre as atividades" (2020, p. 152). Os autores apontam que também há uma preocupação com a maneira com que as aulas serão conduzidas, já que o EaD é uma maneira conteudista de educação.

Embora os autores do trabalho referido estejam debatendo as dimensões da educação básica, essas mesmas reflexões podem ser feitas no âmbito da educação superior.

Ainda que a população de baixa renda seja mais suscetível ao vírus devido, entre outros fatores, à maior exposição em locais públicos como o transporte, aos problemas de saneamento básico, à falta de acesso à saúde e à maior incidência de doenças crônicas, sendo afetada de forma mais fatal pela COVID-19 (PIRES *et al.*, 2020), não há como precisar os prejuízos acarretados à educação das pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade. É necessário que seja feita uma avaliação crítica a respeito da realidade de professores e alunos para a viabilidade desse modo de educação adotado (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020). Quando as instituições públicas e privadas desconsideram ou minimizam as dificuldades de acesso dessa população, o princípio da equidade é desconsiderado, e

[...] mais uma vez os vulneráveis têm o seu direito cerceado. Afirmações de que o acesso às aulas será garantido porque essas ficarão arquivadas e poderão ser acompanhadas em outro momento são repetidas pelas universidades que ofereceram o referido formato. No entanto, o que se pode observar é um ensino a distância sem qualidade, sem tutor, sem possibilidade de retroceder e esclarecer dificuldades, ao tempo que o semestre finaliza e com ele perde-se a possibilidade de aprendizado (TORRES *et al.*, 2020).

Os efeitos da mercantilização do ensino superior

Os censos educacionais realizados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pertencente ao Ministério da Educação, têm mostrado um crescimento significativo entre alunos do ensino superior que estudam através da modalidade de educação a distância. Em 2017 mais de 33% dos alunos ingressaram na graduação através dessa modalidade (BRASIL, 2019a), número que cresceu 27,9% no ano seguinte, chegando a 40% dos estudantes de ensino superior (BRASIL, 2019b). O aumento de estudantes e cursos oferecidos nessa forma de ensino é ainda mais visível quando

comparado com os dados da década anterior, onde em 2006 apenas 4,2% dos alunos realizavam cursos a distância, e 7% em 2007 (PEREIRA, 2009).

Esses dados são reflexos das mudanças sociais ocorridas desde o século XX, especialmente na segunda metade, no qual "o amplo desenvolvimento do aparelho escolar [...] respondeu às exigências produtivas de um maior nível educacional" (PEREIRA, 2009, p. 269), voltado à produção e consumo em massa após a instituição do padrão industrial fordista. Esse desenvolvimento foi também uma resposta "às lutas da classe trabalhadora pela socialização do conhecimento gerado pela humanidade" (PEREIRA, 2009, p. 269). A popularização da educação superior, entretanto, tomou um rumo diferente com a expansão das políticas neoliberais no mundo a partir de 1980:

No contexto de aprofundamento do projeto neoliberal, políticas sociais como saúde, previdência e educação - antes implementadas através da ação estatal e com cunho universal - foram relegadas a último plano, com ações focalistas dos Estados e, ao mesmo tempo, ampla abertura para a exploração mercadológica de tais necessidades sociais. Saúde, previdência e educação passaram a ser concebidas como "serviços", cujos objetivos pautam-se na lógica mercantil e têm como finalidade última a obtenção do lucro (PEREIRA, 2009, p. 269).

O ensino superior tornou-se um negócio lucrativo a ser explorado por corporações e grupos empresariais, tendo como meio de expansão algumas bases ideológicas que ignoram a divisão de classes existente e fomentam a ideia de um mundo globalizado através da educação e amplamente dependente da tecnologia, vista como solução dos problemas da sociedade (PEREIRA, 2009). De acordo com Lima e Martins (2005, apud PEREIRA, 2009), a desconsideração das classes sociais abre espaço para novas ideologias baseadas na manutenção do capitalismo, na defesa de ideias liberais e nas atitudes individuais para a resolução de problemas sociais. Neste modelo ideológico liberal, a educação tem o objetivo de formar profissionais essencialmente técnicos e reduzidos a atividades de treinamento, sem "a possibilidade da crítica ao *status quo*" (PEREIRA, 2009, p. 270). Assim, a autora fala que "a EaD

configura-se, portanto, como uma via extremamente lucrativa para a expansão capitalista e a formação de intelectuais necessários à ordem burguesa" (PEREIRA, 2009, p. 270).

No Brasil, a educação superior mercantilizada é uma realidade comprovada pelos dados do censo da educação superior. Em 2018 existiam 199 universidades no país, correspondentes a apenas 7,8% do total de Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse ano, 93,8% do total de vagas oferecido ocorreu nas instituições privadas (BRASIL, 2019b). O maior número de IES correspondia a faculdades (81,5%), que não são obrigadas a realizar pesquisas (PEREIRA, 2009), e esse número de faculdades chega a 86,2% ao considerar-se apenas as organizações privadas (BRASIL, 2019b).

A partir de 2007 as empresas educacionais abriram capital na bolsa de valores, manifestando o caráter mercantilista da educação oferecida por elas, e deste ano em diante diversas fusões, aquisições e transações foram realizadas no setor, o levando à terceira posição no *ranking* econômico nacional em 2008 (CARVALHO, 2013). Conforme Carvalho (2013, p. 765),

[...] nas instituições mercantis, a escolha programática é limitada e a maioria dos cursos é orientada para os negócios, sendo que essas evitam perspectivas teóricas que não sejam imediatamente aplicáveis e relevantes ao trabalho, da mesma forma que não há necessidade de pesquisa por parte dos professores, nem existe qualquer expectativa de serviço à comunidade.

Uma das estratégias utilizadas pelas empresas educacionais é o investimento em *marketing*, criando peças publicitárias que abordam principalmente assuntos como a entrada rápida ao mercado de trabalho e que divulgam descontos e promoções nas mensalidades, "em clara competição predatória com o intuito de baratear para obter ganho em escala, sendo que o consumidor fica seduzido pelo preço a despeito da qualidade do serviço oferecido" (CARVALHO, 2013, p. 768). Com isso, pessoas que não têm condições financeiras de se estabelecerem em universidades com pesquisa e qualidade comprovada de ensino sentem-se atraídas pela possibilidade de

obterem uma formação por um valor reduzido.

As instituições de ensino superior privadas são incentivadas também por programas governamentais, cujas peculiaridades "reforçam, com um verniz democratizante, o processo de mercantilização da educação superior" (PEREIRA, 2009, p. 272). Alguns dos programas e alternativas utilizados são o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e as parcerias público-privadas nas universidades públicas, de modo que o governo "mantém o setor privado como central na oferta de vagas no nível superior de ensino, majoritariamente em IES não universitárias, passando ao largo da dimensão da pesquisa" (PEREIRA, 2009, p. 272). Através desses programas, diversas instituições com fins lucrativos tiveram a desoneração fiscal restabelecida, podendo simultaneamente receber recursos públicos indiretos e lograr os benefícios de estarem no mercado financeiro (CARVALHO, 2013). Diante disso, a educação a distância – mesmo com possíveis prejuízos à aprendizagem – se mostra uma modalidade de ensino mais barata para o consumidor e menos custosa à empresa, cujo objetivo é a obtenção de lucro.

Perspectivas do ensino presencial e a distância na aprendizagem

Com o início da pandemia de COVID-19 as instituições de ensino superior se viram obrigadas a suspender as aulas presenciais em todo o país, de modo a possibilitar o distanciamento social essencial à contenção da doença. Diante desse cenário, houve a necessidade da autorização do ensino a distância para as instituições com aulas presenciais, dada pelo Ministério da Educação (MEC) através da portaria nº 343 de 17 de março de 2020, permitindo a substituição das aulas presenciais por aulas que favoreçam os meios e as tecnologias de informação e comunicação (BARBOSA *et al.*, 2020). A portaria valia, inicialmente, por trinta dias, sendo prorrogada até dezembro (MEC..., 2020) face às orientações dos órgãos competentes, como Ministério da Saúde e demais secretarias de Saúde estaduais

e municipais.

Enquanto as instituições de ensino superior privadas usufruíram da autorização do MEC para as aulas a distância, a maior parte das instituições públicas suspenderam temporariamente as aulas, alegando, pelo menos em um primeiro momento, que a educação não presencial não possui a qualidade usual e que muitos alunos não têm acesso aos meios necessários para que as aulas on-line ocorram (UNIVERSIDADES..., 2020). Em contrapartida, enquanto as instituições privadas buscam formas de não ceder à pressão dos alunos pela redução do valor das mensalidades, já que muitos estudantes não têm conseguido arcar com os custos em razão da crise, aumentou de forma significativa o número de alunos inadimplentes e de cancelamentos de matrículas, mesmo nos cursos a distância (COM INADIMPLÊNCIA..., 2020). Com a inadimplência atingindo 26,3% dos alunos de ensino superior da rede privada e com a evasão, dada pela ausência de recursos decorrente da crise econômica e pela insatisfação dos alunos, "o setor pediu ao Ministério da Educação que amplie o número de vagas para o FIES e ProUni neste ano para tentar conter o abandono de parte dos estudantes" (PALHARES, 2020), demonstrando a influência que o Estado possui no acesso ao ensino superior.

Alguns cursos presenciais adotaram as aulas a distância em caráter emergencial, entretanto, não disponibilizam espaços para que haja o encontro e o debate do conteúdo a ser aprendido. Para Morin (2002) o contexto, o global, o multidimensional e a noção de complexidade são os elementos chave para que o conhecimento possa ter sentido. A inclusão da dimensão do humano e da sociedade ao aluno é algo que deve ser anterior à imersão deste ao novo conhecimento. As "unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais: desta forma, o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional" (MORIN, 2002, p. 38).

O ensino a distância possui características que naturalmente dificultam o processo de aprendizagem, pois "a interação entre professor e estudante forma o centro do processo educativo"

(SILVA; RIBEIRO, 2020, p. 1). A ausência do debate é altamente perigosa no sentido de poder vir a transformar o conhecimento em algo deslocado, desnecessário e, deste modo, a ser considerado dispensável pelo aluno já imbuído da lógica da hiperespecialização, onde parece ser deixado de lado tudo o que não for um conhecimento central e focado no objeto a ser desvendado.

Outra característica do ensino presencial que é dificultada ou se torna inviável na modalidade a distância é o desvio do conteúdo programado para a aula, causado por dúvidas e questionamentos. Tais eventos são vistos como algo não só comum ao exercício da sala de aula, como ainda fundamentais ao despertar do aluno às diferentes formas de pensar. Ao inserir-se nas discussões sobre a metodologia de ensino, esses episódios deixam de ser considerados problemas e passam a ser uma refinada característica de sala de aula. Esse aspecto só é perceptível em um formato de aula no qual o professor está aberto para receber o conhecimento prévio de seus alunos e tem a sabedoria de tratar esta informação em formato de debate, a fim de levantar outras possibilidades de pensar. Isso tudo porque "ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, 2010, p. 22).

Além disso, ao contrário do que se pode por vezes pensar, "transgredir" a pauta acadêmica dos conteúdos programáticos, proporcionando espaços de trocas e discussões em sala de aula, é uma importante forma de se construir o conhecimento junto aos alunos, o que acaba não sendo possível em um modelo de aulas no qual os alunos participam de maneira passiva. Castaman e Rodrigues (2020) apontam que, nesse momento de transformações no âmbito da educação, aumentam os tensionamentos dos limites e das possibilidades do professor, bem como são tensionados os sentimentos das forças e das fraquezas enquanto docente. A pauta de vencer, dar conta dos conteúdos programados de maneira remota se torna recorrente e abre espaço para o debate da construção de um conhecimento meramente técnico nesse período. Os autores entendem que é necessário repensar

os projetos pedagógicos de cursos e seus componentes curriculares, para que façam sentido no processo ativo de aprendizagem do aluno e para que o conhecimento não seja meramente técnico.

A pandemia trouxe à tona aquilo que de fato, na práxis, tem que constantemente reavaliar: de cada conteúdo trabalhado, o que os estudantes devem se apropriar e que será indispensável para a vida deles? Como abordar os conteúdos de modo a empoderá-los, potencializando a curiosidade e o desejo pelo conhecimento? Que habilidades e competências são necessárias para que sejam bons cidadãos? (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020, p. 12).

Para Freire (2000, p. 33), "transformar a experiência educativa em puro conhecimento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador". Esse caráter formador é possibilitado através das discussões que podem obrigar o professor a incluir novos conhecimentos, considerados essenciais à formação e até então ausentes na composição da disciplina. Nessa perspectiva, o debate, a discussão e os demais formatos de troca em sala de aula, seja dos alunos entre si, seja por intermédio do professor, devem ser incentivados e provocados enquanto um método de ensino central. Esse método

[...] trata-se de uma ação de ensino da qual resulta a aprendizagem do estudante, superando o simples dizer do conteúdo por parte do professor, pois é sabido que na aula tradicional, que se encerra numa simples exposição de tópicos, somente há garantia da citada exposição de tópicos, e nada se pode afirmar acerca da apreensão do conteúdo pelo aluno. Nessa superação da exposição tradicional como única forma de explicar os conteúdos é que se inserem as estratégias de ensinagem (ANASTASIOU; ALVES, 2006, p. 15).

Esse é um compromisso do professor universitário não só com a educação, mas também com a construção e transformação da sociedade de modo geral. Barbado e Fernandes (2020) enfatizam a importância da participação, pois a democracia depende da construção cotidiana. As autoras afirmam que

[...] é necessário que os sujeitos possam aprender a aprender, ou seja, desenvolver autonomia para entender, decidir, criticar, construir e se

necessário for reconstruir suas ideias e aprendizado, pois só assim terão embasamento para formular seus ideais e realizar ações (BARBADO; FERNANDES, 2020, p. 4).

Para tal, é necessário que os educadores e educadoras não olhem "para o educando como um simples receptáculo de conteúdo e sim como uma pessoa, um ser com conhecimentos e saberes, com percepções e entendimentos sobre coisas, pessoas, lugares" (BARBADO; FERNANDES, 2020, p. 3).

Nas universidades públicas, cujas aulas da graduação foram suspensas pelo menos no primeiro semestre de 2020 em decorrência da pandemia de COVID-19, algumas atividades continuaram acontecendo, como as aulas da pós-graduação, as pesquisas e projetos de extensão. Desse modo, mesmo com a paralisação da graduação, as universidades públicas seguem ativas e presentes em diversas comunidades, mostrando, inclusive, a importância central da ciência no combate à pandemia. O papel desempenhado por elas tem se mostrado essencial, podendo-se citar como exemplos a produção e doação de equipamentos de proteção individual (ALUNOS..., 2020), a realização de testes da doença (UFRGS..., 2020) e até mesmo a produção de vacinas (NANOVA-CINAS..., 2020), essenciais para a erradicação do vírus. Projetos de auxílio aos alunos em situação de vulnerabilidade econômica também foram lançados por instituições públicas implicadas com a educação, com os seus alunos e com o acesso às aulas e conteúdos, para que todos tenham acesso às ferramentas necessárias. Um exemplo disso é o projeto Reconnecta, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual voluntários assistem alunos em suas necessidades referentes à implantação do ensino remoto emergencial (RECONNECTA..., 2020).

Em contrapartida, as universidades particulares, em sua maioria, continuam com o modelo de ensino remoto sem saberem se os alunos e professores possuem as ferramentas necessárias para o acesso às aulas. Barbosa, Viegas e Batista (2020) fizeram um estudo sobre educação remota em período de distanciamento social, onde foi

constatado que 41,9% dos professores de redes públicas e privadas não sabiam utilizar os recursos eletrônicos para a aula on-line. A pesquisa ainda apontou que 79% dos professores não receberam nenhum tipo de auxílio financeiro para ministrarem as aulas, dependendo apenas de recursos próprios. 59,7% dos professores responderam que os alunos estão frequentando menos os espaços de ensino-aprendizagem on-line do que o presencial. Quanto aos recursos de acesso, "49,9% [dos alunos] disseram ser o celular o mais utilizado, e dentre as dificuldades apresentadas para assistirem as aulas, 33,9% atrelaram ao acesso a rede de internet" (BARBOSA;VIEGAS; BATISTA, 2020, p. 273).

Cabe salientar que muitas das universidades privadas de caráter comunitário, que são embasadas por programas de pesquisa, embora tenham mantido as aulas no modelo presencial remoto, apresentam-se atentas às questões sociais emergentes do momento. Universidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (BIOLOGIA..., 2020), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) (UNISINOS..., 2020) e a Universidade Feevale (FEEVALE) (FEEVALE..., 2020) estão diretamente envolvidas na busca de recursos para auxiliar as universidades públicas nas pesquisas de contenção da disseminação do vírus e na busca da cura. A mercantilização é um movimento que se apresenta com uma maior expressividade a cada ano, porém, as universidades particulares tradicionais ligadas à filantropia preservam-se conectadas à comunidade em momentos como este.

Considerações finais

A pandemia de COVID-19 fez com que estudantes da graduação na modalidade presencial pudessem experimentar as dificuldades e os benefícios da educação remota, enquanto os alunos das universidades públicas tiveram que adiar os planos de formatura. Essa situação atípica em um contexto global fez com que o ensino superior, assim como demais instâncias da sociedade, tivesse que ser revisto amplamente.

Sobre a mercadorização do ensino, há diversas universidades, mesmo que privadas e pouco acessíveis no sentido financeiro, que ainda oferecem um ensino de caráter crítico, alinhado às necessidades da comunidade e da sociedade como um todo e produzem ciência através das pesquisas. Por outro lado, há corporações de ensino superior, especialmente as que são ligadas ao capital aberto, que promovem a massificação de um conteúdo questionável, na maior parte das vezes transmitido à distância e que, ainda que comercializado a preços módicos, costuma não ser referenciado teoricamente e sistematiza meramente um rol de práticas homogêneas. Tal prática pode vir a ser acentuada com a propagação das modalidades remotas em tempos de pandemia.

Nas instituições que não visam o lucro, os valores elevados das mensalidades custeiam os salários de professores qualificados e toda a estrutura física oferecida, fato que não ocorre em instituições cuja necessidade de lucro passa a qualidade do ensino, de modo a tratar os professores e os demais funcionários como meros custos de produção. Com o aumento de empresas de educação voltadas ao ensino superior, há casos em que quem passa a ser valorizado é o professor com menor grau de formação, unicamente por ter um salário inferior.

No cenário posto pela pandemia, os alunos que passaram a ter aulas a distância vivenciam a ausência dos debates e das trocas de conhecimento proporcionados nas salas de aula, e experienciam o esvaziamento de sentido daquele espaço de aprendizagem, que se torna um mero local para a absorção de conteúdos. A manutenção do espaço virtual enquanto possibilidade de debate cabe à prática de cada professor, mas torna-se mais difícil de ser mantida devido às intercorrências tecnológicas, como problemas de rede e de aparelhos eletrônicos. As instituições privadas, no entanto, não parecem ver alternativa para continuar mantendo as contas em dia, uma vez que estão imbuídas na lógica do mercado, onde o que as sustentam são os valores em dinheiro pagos pelos alunos ou pelo governo nos programas de acesso ao ensino superior.

Nas universidades e instituições públicas, por outro lado, a suspensão das aulas parece ser a forma mais adequada de passar por esse período em que a manutenção da saúde das pessoas é uma prioridade. Há movimentos mais recentes de consolidação de programas de ensino remoto nas universidades federais, mas que são acompanhados por treinamentos aos discentes e docentes, programas de apoio técnico para aquisição de equipamentos e programas, plataformas e grupos de suporte, entre outros. Os planos daqueles que já estão nestas instituições ou que pretendiam ingressar estão sendo adiados, fato que só será um problema caso o aumento da desigualdade distancie ainda mais as pessoas de baixa renda da graduação. Nesse meio-tempo, as universidades públicas e privadas com caráter comunitário seguem conectadas às comunidades e comprometidas em entregar ciência e conhecimento para a sociedade e em mitigar, na medida do possível, os danos causados pela pandemia de COVID-19.

Referências

AGÊNCIA O GLOBO. Com inadimplência e evasão em alta na pandemia, 30% das instituições de Ensino Superior podem fechar em 2020. **Pequenas Empresas e Grandes Negócios**, 25 maio 2020. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Educacao/noticia/2020/05/com-inadimplencia-e-evasao-em-alta-na-pandemia-30-das-instituicoes-de-ensino-superior-podem-fechar-em-2020.html>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ALUNOS e pesquisadores de instituições públicas produzem e doam EPIs. **Observatório do Terceiro Setor**, 29 abril 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/alunos-e-pesquisadores-instituicoes-publicas-produzem-epis/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em sala de aula. Joinville: UNIVILLE, 2006.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BARBADO, Michele Cristina Batista; FERNANDES, Renata Sieiro. A formação política do pedagogo e os níveis de consciência em Freire. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 11, n. 1-11, jan.-jun. 2020. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2020.1.32948>

BARBOSA, Andre Machado; VIEGAS, Marco Antônio Serra; BATISTA, Regina Lucia Napolitano Felício Felix. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 255-280, 2020. <https://doi.org/10.15202/1981896.2020v25n51p255>

BARRETO, Mauricio Lima et al. O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200032>

BIOLOGIA molecular: desvendando a Covid-19 através da pesquisa. **PUCRS**, Porto Alegre, 17 jun. 2020. Disponível em: <http://www.pucrs.br/blog/biologia-molecular-desvendando-a-covid-19-atraves-da-pesquisa/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. INEP/MEC. **Resumo técnico do censo da educação superior 2017**. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. INEP/MEC. **Censo da educação superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=outros-links>. Acesso em: 04 ago. 2020.

CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal; JOAQUIM, Fabiana Lopes; MENEZES, Harlon França; SANT'ANNA, Rosana Moreira. A tutoria na educação à distância em tempos de COVID-19: orientações relevantes. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, p. 1-12, 2020. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3151>

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, jul./set. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300013>

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antonio. Distance Education in the COVID crisis-19: an experience report. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, 2020. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i6.3699>

FEEVALE acelera análise de pesquisas relacionadas à Covid-19. **FEEVALE**, Novo Hamburgo, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.feevale.br/acontece/noticias/feevale-acelera-analise-de-pesquisas-relacionadas-a-covid-19>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LIMA, Danilo Lopes Ferreira et al. COVID-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1575-1586, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.07192020>

MAIORIA das universidades públicas do RS não adere ao ensino a distância durante a pandemia. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 14 maio 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2020/05/maioria-das-universidades-publicas-do-rs-nao-adere-ao-ensino-a-distancia-durante-a-pandemia-cka7bzwep006e015nzw28d49q.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MARTINS, Alex Sandro Rodrigues; QUINTANA, Alexandre Costa; QUINTANA, Cristiane Gularte. O uso da webconferência na disseminação e avaliação do conhecimento em EaD: relato de experiência. **Revista Paidéi@-Revista Científica de Educação a Distância**, v. 12, n. 21, p. 181-193, 2020. <https://doi.org/10.29327/3860.12.21-12>

MEC autoriza aulas por meios digitais até dezembro para ensino superior. **UOL**, São Paulo, 17 junho 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/06/17/mec-autoriza-ead-ate-dezembro-e-estagio-a-distancia-para-ensino-superior.htm>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília: UNESCO, 2002.

NANOVACINAS em produção na USP podem ser mais eficientes contra a covid-19. **Jornal da USP**, 15 junho 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/nanovacinas-em-producao-na-usp-podem-ser-mais-eficientes-contr-a-covid-19/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

OS ATAQUES à universidade pública. **Jornal da USP**, 14 de maio de 2019 Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/os-ataques-a-universidade-publica/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PALHARES, Isabela. Pandemia pode tirar 484 mil alunos do ensino superior no país, projeta sindicato de mantenedoras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/pandemia-pode-tirar-484-mil-alunos-do-ensino-superior-no-pais-projeta-sindicato-de-mantenedoras.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200017>

PIRES, Luiza Nassif; CARVALHO, Laura; XAVIER, Laura de Lima. COVID-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil. **Experiment Findings**, abr./2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340452851>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, Alexandra de Santana Soares; RIBEIRO, Marinalva Lopes. Relação professor-estudante no ensino superior: uma revisão de literatura. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-10, jan.-jun. 2020. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2020.1.34309>

RECONECTA UFRGS destina computadores a estudantes para o ensino remoto emergencial. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 22 julho 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/reconnecta-ufrgs-destina-computadores-a-estudantes-para-o-ensino-remoto-emergencial/>. Acesso em: 7 ago. 2020

SINGHAL, Tanu. A review of coronavirus disease-2019 (COVID-19). **The Indian Journal of Pediatrics**, p. 1-6, 2020. <https://doi.org/10.1007/s12098-020-03263-6>

SOBRINHO, José Dias. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade?. **Revista brasileira de educação**, n. 28, p. 164-173, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100014>

SOUSA, Galdino Rodrigues de; BORGES, Eliane Medeiros; COLPAS, Ricardo Ducatti. Em defesa das tecnologias de informação e comunicação na educação básica: diálogos em tempos de pandemia. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 146-169, 2020. <https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2020.v5.n1.146-169>

TORRES, Ana Catarina Moura; COSTA, Ana Caline Nóbrega da; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Educação e Saúde: reflexões sobre o contexto universitário em tempos de COVID-19. **Scientific Electronic Library Online**, [s. l.], 1 jun. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/640>. Acesso em: 17 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.640>

UFRGS vai realizar até 500 testes de Covid-19 por dia. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 26 março 2020. Notícias. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-vai-realizar-ate-500-testes-de-covid-19-por-dia>. Acesso em: 24 jun. 2020.

UNISINOS é parceira de pesquisa sobre a Covid-19 desenvolvida pela UFPEL. **UNISINOS**, Porto Alegre, 05 junho 2020. Disponível em: <http://www.unisinos.br/noticias/universidade/unisinos-e-parceira-de-pesquisa-sobre-a-covid-19-desenvolvida-pela-ufpel>. Acesso em: 25 jun. 2020.

UNIVERSIDADES públicas suspendem aulas virtuais em meio ao coronavírus; particulares se mobilizam contra redução de mensalidades. **G1**, 27 março 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/27/universidades-publicas-suspendem-aulas-virtuais-em-meio-ao-coronavirus-particulares-se-mobilizam-contr-a-reducao-de-mensalidades.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, 11.32, p. 226-237, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>

Julice Salvagni

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; professora no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil.

Nicole de Souza Wojcichoski

Graduanda em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Integrante do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA-UFRGS).

Marina Guerin

Graduanda em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, RS, Brasil. Bolsista de iniciação científica CNPq no Laboratório de psicologia Clínica do Trabalho (LABORClínica-UNISINOS), em São Leopoldo, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Julice Salvagni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Washington Luiz, 855, sala 436

Centro Histórico, 90010-460

Porto Alegre - RS, Brasil.

Nicole de Souza Wojcichoski

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Washington Luiz, 855, sala 436

Centro Histórico, 90010-460

Porto Alegre - RS, Brasil.

Marina Guerin

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Av. Unisinos, 950, sala E01 222

Cristo Rei, 93022-750

São Leopoldo - RS, Brasil.